

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.384 - SC (2019/0280174-1)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : CRISTIANO LUÇOLLI**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **CRISTIANO LUÇOLLI** contra decisão que inadmitiu o recurso especial pela incidência da Súmula 83/STJ.

Aduz o agravante, em síntese, que esta Corte promoveu inadequada fusão entre o crime tributário e o de apropriação indébita, bem como violou o princípio da legalidade estrita.

No mais, repisa as teses explanadas na razões do recurso especial, em que salienta a impossibilidade de considerar típica a condita do contribuinte direto do ICMS, que deixa de repassar o tributo aos cofres públicos, embora repasse o encargo ao consumidor final.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas às fls. 239-244 (e-STJ) e o recurso especial inadmitido às fls. 259-263 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento (e-STJ, fls. 303-306).

**É o relatório.**

Decido.

No caso, o agravante apenas questionou o mérito do precedente indicado na decisão de inadmissibilidade, sem indicar evolução jurisprudencial ou mesmo refutar que a matéria estaria consolidada no âmbito deste STJ, pressupostos adotados para aplicar a Súmula 83/STJ na origem.

Assim, a ausência de impugnação específica ao preceito sumular aludido atrai o impeditivo da Súmula 182 deste Superior Tribunal, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg nos EREsp 1.387.734/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 9/9/2014; e AgRg nos EAREsp 402.929/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/8/2014.

Anote-se, ainda, que o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 932, reafirmou a orientação do STJ, ao exigir a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada. Tem-se que "a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada" (AgInt no REsp 1.600.403/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016).

Ademais, em recente julgamento do EAREsp 746.775, datado de 19/9/2018 e publicado em 30/11/2018, a Corte Especial do STJ manteve o entendimento da necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, sob

# *Superior Tribunal de Justiça*

pena de incidência da Súmula 182/STJ.

Em face do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator